

Termo de Referência 111/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
111/2023	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	ALESSANDRA SANTIAGO DA SILVA	30/10/2023 16:58 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		23066.050878/2023-21

1. Definição do objeto

1.1. Registro de preços para Aquisição de contratação de empresa especializada no fornecimento de **Bebidas não alcoólicas e Conservas Alimentares**, devendo ser entregues **de forma parcelada**, conforme programação, na **Escola de Nutrição (ENUFBA)** e na **Pró-reitora de Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade Federal da Bahia**, em obediência a Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do artigo 22 do Decreto nº 11.462/2023.

1.5. O benefício disposto na Lei Complementar nº 123 de 2006 à ME/EPP (em conformidade com o Caput do art. 4º da Lei nº 14.133/2021) será aplicado neste certame.

1.6. Será permitida a utilização da ata de registro de preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, atendendo ao disposto no Decreto nº 11.462 de 2023, art. 31 e seus incisos.

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.8. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e seus adendos.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

ITEM SIPAC	CÓDIGO SIPAC / CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)
				ANUAL		
1	3007000000920 /445481	ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS, VIDRO, DESCARTÁVEL.	GRF C/ 300 ML	52	R\$ 14,25	R\$ 741,00
2	3007000000921 /445482	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, VIDRO, DESCARTÁVEL.	GRF C/ 300 ML	72	R\$ 4,28	R\$ 308,16
3	3007000000365 /475580	ALIMENTO SEMIPRONTO OU PRONTO, TAHINE, GERGELIM, PRONTO PARA CONSUMO.	KILOGRA MA	8	R\$ 44,60	R\$ 356,80
4	3007000001213 /475579	ARROZ BENEFICIADO, ARBÓREO, POLIDO, MÉDIO, TIPO 1	KILOGRA MA	31	R\$ 4,56	R\$ 141,36
5	3007000001034 /463696	AZEITE OLIVA, PURO, EXTRAVIRGEM, MENOR QUE 0,8%	EMB C/ 500 ML	386	R\$ 22,17	R\$ 8.557,62
6	3007000000249 /463695	AZEITE, DE DENDÊ, OLÉO DE PALMA, PURO, BAIXO OLÉICO.	EMB C/ 200 ML	25	R\$ 10,88	R\$ 272,00
7	3007000000503 /459636	LEGUME EM CONSERVA, AZEITONA VERDE, GRANDE, COM CAROÇO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	15	R\$ 10,79	R\$ 161,85
8	3007000000251 /459643	LEGUME EM CONSERVA, AZEITONA PRETA, GRANDE, COM CAROÇO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	15	R\$ 26,53	R\$ 397,95
9	3007000000252 /459645	LEGUME EM CONSERVA, AZEITONA PRETA, GRANDE, SEM CAROÇO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	40	R\$ 28,99	R\$ 1.159,60
10	3007000000253 /459639	LEGUME EM CONSERVA, AZEITONA VERDE, GRANDE, SEM CAROÇO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	12	R\$ 15,62	R\$ 187,44
11	3007000001189 /17302	BANHA DE ORIGEM ANIMAL, BANHA DE ORIGEM ANIMAL, DE PORCO RESFRIADA. UND COM 1 KG	KILOGRA MA	2	R\$ 19,15	R\$ 38,30
12	3007000000906 /600280	BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS, ISOTÔNICO, ÁGUA, SÓDIO, POTÁSSIO, LÍQUIDO.	UND	12	R\$ 5,03	R\$ 60,36
13	3007000000270 /462827	LEGUME EM CONSERVA, COGUMELO ESTERILIZADO, MÉDIA. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 200 G	9	R\$ 31,00	R\$ 279,00
14	3007000000541 /475562	CONDIMENTO, PIMENTA MALAGUETA, CONSERVA. ADENDO: EMB. C/ 50G, PESO DRENADO.	UND	5	R\$ 21,36	R\$ 106,80
15	3007000000272 /462101	CONDIMENTO, TOMATE SECO, DESIDRATADA, ALIMENTAÇÃO, ÓLEO DE MILHO, AZEITE DE OLIVA, SAL, AÇÚCAR E ES-. ADENDO: PESO DRENADO.	POTE C/ 300 G	17	R\$ 28,83	R\$ 490,11
16	3007000000273 /462601	DOCE LEITE, TRADICIONAL, 12 MESES, ISENTO DE AMIDO.	LATA C/ 400 G	9	R\$ 18,49	R\$ 166,41
17	3007000001190 /462627	DOCE NÃO CONFEITADO, EM CALDA, AMEIXA, 24 MESES. ADENDO: PESO LÍQUIDO 320 G; PESO DRENADO 150 G.	EMB C/ 320 G	14	R\$ 7,48	R\$ 104,72
18	3007000001191 /462628	DOCE NÃO CONFEITADO, EM CALDA, CEREJA, 24 MESES. ADENDO: PESO LÍQUIDO 250 G; PESO DRENADO 145 G.	EMB C/ 250 G	9	R\$ 29,09	R\$ 261,81
19	3007000000303 /462634	DOCE NÃO CONFEITADO, EM CALDA, PÊSSEGO, 36 MESES.	LATA C/ 450 G	4	R\$ 11,25	R\$ 45,00
20	3007000000025 /462606	DOCE NÃO CONFEITADO, SECO, AMEIXA, ISENTO DE AÇÚCAR - DIET.	EMB C/ 250 G	22	R\$ 22,60	R\$ 497,20
21	3007000000513 /462823	LEGUME EM CONSERVA, ERVILHA. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 200 G	17	R\$ 3,79	R\$ 64,43
22	3007000000045 /459670	MASSA DE TOMATE, EXTRATO CONCENTRADO, TRADICIONAL, CREME. ADENDO: PESO LÍQUIDO.	EMB C/ 300 G	25	R\$ 3,36	R\$ 84,00
23	3007000000279 /475583	CEREAL PREPARADO, GRÃOS, SEMOLINA DE TRIGO DURUM, SECO, PRÉ-COZIDA. ADENDO: TIPO COUSCOUS MARROQUINO.	LATA C/ 500 G	26	R\$ 18,10	R\$ 470,60
24	3007000001216 /475568	GELÉIA, FRUTAS, AMORA, 12 MESES.	POTE C/ 300 GR	4	R\$ 15,01	R\$ 60,04
25	3007000001192 /475566	GELÉIA, FRUTAS, CEREJA, 12 MESES.	POTE C/ 300 GR	4	R\$ 36,70	R\$ 146,80
26	3007000001193 /475567	GELÉIA, FRUTAS, DAMASCO, 12 MESES.	POTE C/ 300 GR	8	R\$ 27,09	R\$ 216,72
27	3007000000748 /485197	GORDURA VEGETAL, MARGARINA, DURA, MÍNIMO DE 80% DE GORDURA, SEM SAL, HIDROGENADA, PARA PANIFICAÇÃO.	EMB C/ 500 G	13	R\$ 10,55	R\$ 137,15
28	3007000001198 /466788	LEGUME EM CONSERVA, ALCAPARRA. ADENDO: PESO LÍQUIDO.	EMB C/ 100 G	109	R\$ 12,37	R\$ 1.348,33
29	3007000001324 /467283	LEGUME EM CONSERVA, ASPARGOS. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 200 G	5	R\$ 40,29	R\$ 201,45
30	3007000000322 /468533	LEGUME EM CONSERVA, PEPINO, INTEIRO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	22	R\$ 9,29	R\$ 204,38
31	3007000000320 /460486	LEGUME EM CONSERVA, PALMITO, INTEIRO. ADENDO: PESO DRENADO.	EMB C/ 300 G	30	R\$ 10,87	R\$ 326,10
32	3007000000324 /464010	LEITE CÔCO, MAGRO, 24 MESES, CALORIAS REDUZIDAS - LIGHT.	GARRAFA C/ 200 ML	26	R\$ 8,39	R\$ 218,14
33	3007000000058 /464013	LEITE CONDENSADO, INTEGRAL, LEITE IN NATURA, 12 MESES.	LATA C/ 395 G	28	R\$ 6,50	R\$ 182,00
34	3007000000333 /459658	MOLHO DE MESA, MAIONESE, TRADICIONAL, CREME.	EMB C/ 250 G	85	R\$ 8,56	R\$ 727,60
35	3007000000347 /459672	MASSA DE TOMATE, MOLHO PRONTO, TRADICIONAL, LÍQUIDO. ADENDO: POLPA DE TOMATE	EMB. C/ 500 G	75	R\$ 6,06	R\$ 454,50
36	3007000001200 /459680	MASSA DE TOMATE, TOMATE PELADO, SEM SEMENTE, LÍQUIDO. ADENDO: PESO LÍQUIDO.	EMB C/ 400 G	56	R\$ 12,28	R\$ 687,68
37	3007000000037 /459663	MOLHO DE MESA, CATCHUP, TRADICIONAL, CREME.	EMB C/ 250 G	39	R\$ 5,41	R\$ 210,99
38	3007000000346 /459667	MOLHO DE MESA, MOSTARDA, TRADICIONAL, CREME.	EMB C/ 250 G	32	R\$ 5,80	R\$ 185,60
39	3007000000344 /459675	MOLHO DE MESA, OSTRA, TRADICIONAL, LÍQUIDO.	EMB C/ 500 G	5	R\$ 46,29	R\$ 231,45

40	3007000001013 /241553	MOLHO PIMENTA, ÁGUA/PIMENTA VERMELHA MOÍDA/VINAGRE DE ÁLCOOL/SAL, ALIMENTOS, CULINÁRIA EM GERAL. ADENDO: PIMENTA TABASCO.	POTE C/ 60 ML	4	R\$ 25,38	R\$ 101,52
41	3007000000350 /459655	MOLHO DE MESA, INGLÊS, TRADICIONAL, LÍQUIDO.	EMB C/ 250 G	22	R\$ 7,39	R\$ 162,58
42	3007000000349 /241553	MOLHO PIMENTA, ÁGUA/PIMENTA VERMELHA MOÍDA/VINAGRE DE ÁLCOOL/SAL, ALIMENTOS, CULINÁRIA EM GERAL.	POTE C/ 150 ML	11	R\$ 6,55	R\$ 72,05
43	3007000000351 /459653	MOLHO DE MESA, SHOYU, TRADICIONAL, LÍQUIDO.	EMB C/ 250 G	49	R\$ 31,97	R\$ 1.566,53
44	3007000001195 /460377	MOLHO DE MESA, MOSTARDA, DIJON, CREME.	EMB C/ 250 G	77	R\$ 24,71	R\$ 1.902,67
45	3007000001218 /433324	ÓLEO VEGETAL, GERGELIM, DESESAMUM INDICUM L., PURO, USO TÓPICO.	FRASCO C/1000 ML	3	R\$ 88,90	R\$ 266,70
46	3007000000352 /463694	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, PURO, CANOLA, TIPO 1.	EMB. C/ 900 ML	69	R\$ 9,25	R\$ 638,25
47	3007000000355 /463691	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, PURO, GIRASOL, ALTO OLÉICO - MENOR QUE 0,8%, TIPO 1.	EMB. C/ 900 ML	30	R\$ 9,97	R\$ 299,10
48	3007000000356 /463693	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, PURO, MILHO, TIPO 1.	EMB. C/ 900 ML	8	R\$ 11,26	R\$ 90,08
49	3007000000357 /463692	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, PURO, SOJA, TIPO1.	EMB. C/ 900 ML	243	R\$ 8,37	R\$ 2.033,91
50	3007000001197 /432788	ÓLEO VEGETAL, ÓLEO DE AMENDOIM, EXTRAÍDO DE ARACHIS HYPOGAEA L., LÍQUIDO LÍMPIDO, VISCOSO, INCOLOR A AMARELADO, CAS 8002-03-7	LITRO	13	R\$ 78,96	R\$ 1.026,48
51	3007000001332 /463918	CONDIMENTO, TIPO PÁPRICA DOCE, APRESENTAÇÃO PÓ. ADENDO: EMBALAGEM COM 50 GRAMAS	EMB. C/ 50 G	60	R\$ 12,79	R\$ 767,40
52	3007000001331 /463917	CONDIMENTO, TIPO PÁPRICA, APRESENTAÇÃO PÓ. ADENDO: CONDIMENTO PÁPRICA PICANTE, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS	EMB. C/ 50 G	60	R\$ 10,59	R\$ 635,40
53	3007000000182 /475581	PEIXE EM CONSERVA, ANCHOVA, FILÉ, COM SALMOURA COM ÓLEO COMESTÍVEL.	EMB. C/ 170 G	28	R\$ 47,53	R\$ 1.330,84
54	3007000001199 /448992	PEIXE EM CONSERVA, ATUM, SÓLIDO, AO NATURAL.	EMB C/ 170 G	132	R\$ 10,77	R\$ 1.421,64
55	3007000000774 /449000	PEIXE EM CONSERVA, SARDINHA, DESCABEÇADA E EVISCERADA, COM SALMOURA COM ÓLEO COMESTÍVEL.	EMB C/ 250 G	57	R\$ 11,79	R\$ 672,03
56	3007000001036 /453521	PÓ PARA REFRESCO, AÇÚCAR CRISTAL/ACIDULANTES/POLPA FRUTA DESIDRATADA, MARACUJÁ, 1 ANOS.	PACOTE C/35 G	4	R\$ 0,67	R\$ 2,68
57	3007000001037 /453522	PÓ PARA REFRESCO, AÇÚCAR CRISTAL/ACIDULANTES/POLPA FRUTA DESIDRATADA, TANGERINA, 1 ANOS.	PACOTE C/35 G	4	R\$ 0,82	R\$ 3,28
58	3007000001028 /228242	PÓ PARA REFRESCO, ACIDULANTE / AROMATIZANTE / MALTODEXTRINA / ASPARTAME / LARANJA, 1 LITRO CADA 15G, 1 ANOS, NÃO APLICÁVEL.	PACOTE C/35 G	4	R\$ 0,90	R\$ 3,60
59	3007000001027 /228235	PÓ PARA REFRESCO, AÇÚCAR CRISTAL / ACIDULANTES / AROMATIZANTE / CORANTES, MORANGO, 2 LITROS CADA 6 G, 2 ANOS, NÃO APLICÁVEL.	PACOTE C/35 G	4	R\$ 0,74	R\$ 2,96
60	3007000001029 /228245	PÓ PARA REFRESCO, ACIDULANTE / AROMATIZANTE / MALTODEXTRINA / ASPARTAME / UVA, 1 LITRO CADA 15G, 1 ANOS, NÃO APLICÁVEL.	PACOTE C/35 G	4	R\$ 0,74	R\$ 2,96
61	3007000000927 /232702	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA/XAROPE, COLA, DIETÉTICO.	LATA C/ 350 ML	12	R\$ 3,34	R\$ 40,08
62	3007000000928 /305734	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA/XAROPE, COLA, LIGHT.	LATA C/ 350 ML	12	R\$ 3,35	R\$ 40,20
63	3007000000926 /217784	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA/XAROPE, COLA.	LATA C/ 350 ML	12	R\$ 3,28	R\$ 39,36
64	3007000001010 /217781	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA/XAROPE, LARANJA.	GARRAFA C/ 600 ML	2	R\$ 4,34	R\$ 8,68
65	3007000001009 /217783	REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA/XAROPE, UVA.	GARRAFA C/ 600 ML	2	R\$ 4,51	R\$ 9,02
66	3007000000122 /241598	SUCO, POLPA CONGELADA, ACEROLA, NATURAL.	KILOGRA MA	5	R\$ 7,51	R\$ 37,55
67	3007000000120 /252018	SUCO, LÍQUIDO, CAJÚ, NATURAL, CONCENTRADO.	LITRO	7	R\$ 9,59	R\$ 67,13
68	3007000000117 /217797	SUCO, POLPA CONGELADA, MANGA, NATURAL.	KILOGRA MA	4	R\$ 7,18	R\$ 28,72
69	3007000000116 /217795	SUCO, POLPA CONGELADA, MARACUJÁ, NATURAL.	KILOGRA MA	36	R\$ 9,59	R\$ 345,24
70	3007000000635 /242548	SUCO, LÍQUIDO, LARANJA, NATURAL.	CX C/ 1 LT	12	R\$ 12,09	R\$ 145,08
71	3007000000642 /261503	SUCO, XAROPE, GROSELHA, ARTIFICIAL, AROMA ARTIFICIAL	LITRO	2	R\$ 9,41	R\$ 18,82
72	3007000000924 /438784	SUCO, LÍQUIDO, UVA E MAÇA, INDUSTRIALIZADO, SEM AÇÚCAR E CONSERVANTES. ADENDO: BEBIDA MISTA.	GRF C/ 1000 ML	15	R\$ 16,26	R\$ 243,90
73	3007000000922 /279607	SUCO, LÍQUIDO, UVA, NATURAL, CONCENTRADO. ADENDO: SEM AÇÚCAR E INTEGRAL.	GRF C/ 1000 ML	12	R\$ 14,93	R\$ 179,16
74	3007000000925 /438786	SUCO, LÍQUIDO, UVA, NATURAL, SEM CONSERVANTES. ADENDO: NECTAR DE UVA, BEBIDA NÃO FERMENTADA.	GRF C/ 1000 ML	12	R\$ 14,65	R\$ 175,80
75	3007000000638 /252285	SUCO, LÍQUIDO, MARACUJÁ, NATURAL, CONCENTRADO.	GARRAFA C/ 500 ML	12	R\$ 7,49	R\$ 89,88
76	3007000000761 /217792	SUCO, POLPA CONGELADA, MORANGO, NATURAL.	KILOGRA MA	5	R\$ 23,13	R\$ 115,65
77	3007000000746 /457769	TEMPERO, A BASE DE PEIXE BONITO, PÓ, USO CULINÁRIO.	CAIXA C/ 57 G	13	R\$ 13,63	R\$ 177,19
78	3007000000363 /457755	TEMPERO, MISSÔ, PASTA, USO CULINÁRIO, SOJA.	CAIXA C/ 500 G	4	R\$ 25,46	R\$ 101,84

79	3007000000759 /457771	TEMPERO, A BASE DE WASABIA JAPONICA,PASTA, USO CULINÁRIO. ADENDO: EMBALAGEM COM 43 G.	UND	24	R\$ 14,33	R\$ 343,92
80	3007000000383 /475582	ÓLEO VEGETAL, URUCUM, BIXA ORELLANA L., PURO.	FRASCO C/ 120 ML	9	R\$ 57,28	R\$ 515,52
81	3007000000387 /381379	VINAGRE, ACETO BALSÂMICO, NEUTRO, 4 PER, LÍQUIDO, LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS.	FRASCO C/ 500 ML	96	R\$ 21,38	R\$ 2.052,48
82	3007000000385 /217097	VINAGRE, ARROZ, LIGTH, 4 PER, LÍQUIDO, LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS.	FRASCO C/ 500	9	R\$ 9,23	R\$ 83,07
83	3007000000388 /217094	VINAGRE, MAÇÃ, LIGTH, 4,15 PER, LÍQUIDO, LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS.	FRASCO C/ 500	40	R\$ 4,94	R\$ 197,60
84	3007000000389 /217093	VINAGRE, VINHO BRANCO, MACIO, 4,50 PER, LÍQUIDO, LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS.	FRASCO C/ 500	62	R\$ 7,08	R\$ 438,96
85	3007000000386 /217092	VINAGRE, VINHO TINTO, ACENTUADO, 4,50PER, LÍQUIDO, LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS.	FRASCO C/ 500	22	R\$ 8,12	R\$ 178,64
TOTAL						R\$ 39.167,60

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 751,752, 753 ,754, 755, 756, 757, 758, 759, 760.

IV) Classe/Grupo: 6508 – COSMÉTICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR DE NATUREZA MEDICINAL; 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS; 8905 - CARNES, AVES E PEIXES; 8910 – OVOS E LATICÍNIOS; 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES; 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS; 8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES; 8945 - ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS; 8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS; 8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS e 8930 - GELEIAS, CONSERVAS E GELATINAS.

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-41/2022 e 153038-55/2022.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Atesta-se que foram realizadas pesquisas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU e no INMETRO e não foram identificados critérios e práticas de sustentabilidade específicos para os itens a serem licitados.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO :

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias, contados da contados da solicitação encaminhada por e-mail ao fornecedor, em remessa parcelada até que seja atingida a quantidade total empenhada nos endereços abaixo:

Almoxarifado da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia situado na Avenida Araújo Pinho, 32, Canela – Salvador, Bahia, CEP: 40.110-150, no horário das 08 às 16 horas.

Na Sede da PROAE da Universidade Federal da Bahia situada na Rua Caetano Moura, 140, Federação – Salvador, Bahia, CEP: 40.210-905, no horário das 08 às 16 horas.

Na Creche da Universidade Federal da Bahia situada na Rua Padre Feijó, 52, Canela- Salvador, Bahia, CEP: 40.110-170, no horário das 08 às 16 horas

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A Escola de Nutrição **poderá realizar visita técnica antes da contratação** (Nota de Empenho) para emissão parecer técnico.

5.4. Os itens só serão recebidos constando **data de fabricação não superior a 30 (trinta) dias da data de entrega**. No caso dos **produtos com prazo de validade de até 90 (noventa) dias, não serão aceitos produtos com data de fabricação superior a 10 (dez) dias da data de entrega**.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.9. As condições de entrega devem estar de acordo com a legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura e o transporte dos produtos deverá ser realizado em veículo fechado e no caso dos produtos perecíveis em veículo refrigerado ou em caixas térmicas de fibra de vidro, alumínio ou similares, que permitam manter a temperatura dos produtos e garantir sua perfeita conservação.

5.9.1. O veículo deverá estar em condições adequadas de higiene e conservação.

5.9.2. A Contratada deverá possuir certificado de dedetização e desratização, realizados por uma empresa especializada, da sede da empresa e dos veículos que serão utilizados para transporte dos bens licitados em período não superior a 06 (seis) meses, a contar da realização desta licitação.

5.9.3. Os gêneros devem vir acondicionados em caixas plásticas vazadas ou fechadas conforme a especificação a exigência do produto e em condições adequadas de higiene.

5.10. O entregador deverá estar devidamente uniformizado, usando sapatos fechados, boné e jaleco da empresa, identificados por meio de crachá e observar os cuidados de higiene pessoal e do uniforme que deverá estar limpo e em boas condições de uso.

5.11. A conferência do peso, qualidade do produto, verificação da temperatura de entrega, validade e embalagem, serão avaliados no ato da entrega, devendo ser aguardado pelo fornecedor as conferências até a finalização do recebimento.

5.12 **Temperaturas recomendadas para recebimento:**

- Ambiente ou conforme especificação do fabricante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

6.6. **A Ata de Registro, como instrumento equivalente ao contrato, é o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou as entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação.**

6.7. **As disposições contidas em Edital e seus anexos deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.**

6.8. **As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.**

6.9. **O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.**

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5(cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.23. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.23.1. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.2. Certificado de dedetização e desratização, realizados por uma empresa especializada, da sede da empresa e dos veículos que serão utilizados para transporte dos bens licitados em período não superior a 06(seis) meses, a contar da realização desta licitação.

8.23.3. Alvará Sanitário da empresa emitido por órgão competente, juntamente com comprovante anual de pagamento atualizado.

8.23.4. Autorização de localização e funcionamento (Alvará) da empresa participante da licitação, juntamente com comprovante anual de pagamento atualizado.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.167,60

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 39.167,60 (trinta e nove mil e cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.1.1.O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante no processo administrativo, elaborado com base nas normas estabelecidas pela Instrução Normativa ME/SGD nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da nota de empenho.

11. Obrigações do Contratante

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

11.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

11.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês;

11.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Manter representante aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

12.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pela Contratante (art. 137, II);

12.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Contratante, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável da Contratante, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

12.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

12.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. Infrações e Sanções Administrativas

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. moratória de 1% (hum por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRA SANTIAGO DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação



Assinou eletronicamente em 23/10/2023 às 16:39:23.

ADRIANA PATRICIA FERREIRA DO CARMO

Membro da Equipe de Planejamento e Contratação



Assinou eletronicamente em 24/10/2023 às 09:23:08.

WAGNER MIRANDA GOMES

Autoridade competente